

## **A LUTA DO MST, OS DOIS LADOS DA MOEDA: o caso de dois integrantes mortos pela PM em Quedas do Iguaçu, em 7 de março de 2016**

Vanderlei Brandalise<sup>1</sup>

Damarci Geffer<sup>2</sup>

### **Resumo**

A distribuição desigual da terra no Brasil se dá desde 1530, quando foram criadas as capitânicas hereditárias e as sesmarias, esses foram embriões dos latifúndios, que nos dias atuais dominam maior parte das terras no País. Uma das formas de pressão contra esse sistema de distribuição desigual são os movimentos no campo, como o MST, que luta pela reforma agrária por meio da ocupação de propriedades improdutivas. Entretanto, essas lutas não são fáceis, já que essas ocupações acabam gerando um conflito de interesses entre os grandes fazendeiros e o movimento social. Em diversos casos de locais de ocupação ocorrem mortes violentas, como no caso dos dois integrantes mortos em confronto com a PM no município de Quedas do Iguaçu – PR, no dia 7 de Março de 2016. Essas mortes ocorreram em um assentamento do MST nas terras, que segundo o movimento são griladas e improdutivas, desde 2014 quando as terras foram ocupadas, há esse embate do MST com a empresa Araupel.

**Palavras-chave:** MST, Araupel, Reforma agrária.

### **Introdução**

As lutas dos movimentos sociais no campo, já se dão por um longo tempo, e essa luta nunca foi fácil, e ao decorrer desse tempo, esses movimentos foram enfrentando diversos fatores que dificultam essa luta, segundo FERNANDES, (2008, p. 74).

Na década de 1970, a intensificação da expansão das monoculturas e a ampliação da agroindústria, acompanhada da quase extinção dos movimentos camponeses pela repressão da ditadura militar, marcou uma das maiores crises da resistência do campesinato. Com a redemocratização do país na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2008, p. 74).

<sup>1</sup>Discente do curso de Geografia licenciatura da Universidade Estadual do Centro-Oeste, e-mail: [vanderleibrandalise@hotmail.com](mailto:vanderleibrandalise@hotmail.com)

<sup>2</sup> Discente do curso de Geografia licenciatura da Universidade Estadual do Centro-Oeste, e-mail: [DamarciGeffer@hotmail.com](mailto:DamarciGeffer@hotmail.com)

Um símbolo desta luta pela reforma agrária no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) que foi fundado em Cascavel – PR, em 1984, e no ano seguinte, aconteceu o primeiro congresso do MST, durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Dele foi tirado como orientação a ocupação de terra como forma de luta, além de ter sido definido os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo (MST). Além do MST há um grande numero de movimentos sociais no campo; e nas palavras de OLIVEIRA, (2001, p. 195).

Há ainda a luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado. Destaca-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nasceu exatamente deste processo de luta dos camponeses contra essas desapropriações e, particularmente, contra o valor irrisório para a sua remuneração. Há o movimento dos camponeses contra a subordinação praticada pela indústria no setor avícola; dos produtores de fumo, que se unem e se rebelam contra esta subordinação, a qual os torna reféns destas indústrias que adquirem suas matérias-primas; os movimentos dos brasiguaios e dos brasileiros, ressaltando-se que mais de 250 mil brasileiros estão no Paraguai e mais de 40 mil na Bolívia. Parte destes brasileiros – os brasiguaios sobretudo – alinham-se e articulam-se com o MST no Mato Grosso do Sul e já há, inclusive, acampamentos e assentamentos produtos desta articulação. Destaca-se também o movimento dos bóias-frias, que praticaram no interior do estado de São Paulo greves e lutas por melhores condições de trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

## **Desenvolvimento**

A concentração de terras nas mãos de poucas pessoas é uma característica que se arrasta ao longo de vários séculos no Brasil, desde as capitânicas hereditárias instaladas nos primórdios do período colonial, as terras foram distribuídas de forma desigual. E em decorrência disso, hoje há uma grande luta entre os movimentos sociais do campo, contra os grandes Latifundiários, já que há muitas terras que os grandes latifundiários não fazem o uso, mas, porém, se distribuída de forma igualitária podem ser muito rentáveis as famílias que não possuem terra para trabalhar, ou seja, que se realize a tão sonhada reforma agrária, que é o conjunto de medidas para promover a melhor redistribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (INCRA).

Esta luta nem sempre ocorre de forma pacífica, há vários exemplos de ocorridos violentos acarretando mortes em confrontos dos que possuem latifúndios com os movimentos sociais camponeses, exemplos esses como o ocorrido em 17 de abril de 1996, no sudeste do Pará, onde dezenove trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela polícia militar do estado do Pará, esse episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás.



**Sepultamento dos integrantes mortos no massacre de Eldorado dos Carajás. Foto: Sebastião Salgado.**

## O MST

O MST é o movimento camponês mais atuante na luta pela terra no Brasil. Nessas três décadas de existência do Movimento, dezenas de outros movimentos surgiram (Fernandes 2008, p.82). O movimento teve origem no município de Cascavel – PR, e após isso espalhou por todo o país sua luta; OLIVEIRA, 2001, p. 79) aponta que;

Hoje, o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é que congrega, a nível nacional, a ação organizadora dos acampamentos como forma de luta pela terra. Este movimento, como todos sabemos, foi fundado em 1984 em Cascavel, Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tem comissões em mais de quinze estados e ação em mais de sessenta acampamentos no país [...] Sob a direção dos “Sem Terra” há hoje em acampamentos pelo Brasil mais de 15 mil famílias, distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão e Sergipe (OLIVEIRA, 2001, p. 79).

O movimento não tem sua luta baseada apenas na reforma agrária, também buscam outros objetivos, entre eles: O acesso das famílias camponesas à educação de qualidade; promover a inclusão social através do esporte, cultura e lazer, buscam saúde e qualidade de vida digna para todos os assentados. Também pedem a redução do uso de sementes transgênicas e menos aplicações de agrotóxicos, pois é visto que com essas práticas se pode produzir alimentos mais saudáveis.

A luta do movimento nem sempre foi pacífica, durante os anos ocorreram diversos episódios violentos, como por exemplo, o triste acontecido que ficou conhecido como “massacre de Eldorado dos Carajás”, em 17 de abril de 1996, onde registrou-se a morte de 19 integrantes do MST, os integrantes foram mortos pela polícia militar do estado do Pará. A “violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil. [...] o número de mortos em conflitos no campo, mostram que essa violência parece não ter fim” (OLIVEIRA, 2001, p. 191). Um exemplo da violência que assombra os movimentos sociais do campo foi o ocorrido no dia 7 de Março de 2016 no município de Quedas do Iguaçu – PR.

## **O ocorrido**

O Sem-terra tem sua luta firmada na reforma agrária, que é necessária há muito tempo, o movimento realiza a luta por meio de ocupações, onde, nem sempre estas acontecem de forma pacífica. O ocorrido no município de Quedas do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, em 7 de março de 2016, é um retrato disso, onde em um confronto entre integrantes do MST com a polícia militar (PM) em um acampamento deixou duas pessoas mortas e outras 7 feridas.

É interessante observar que as propriedades escolhidas para serem ocupadas pelo (MST) são previamente pesquisadas a respeito de seu histórico, junto a órgãos públicos competentes, assim nenhuma ação do movimento é feita sem a existência de uma base teórica consistente e que de fundamentos para a ocupação, muitos falam que o (MST) realiza invasões, o que certamente é uma afirmação ilegítima, pois sabe-se que invadir é adentrar a poses ou terras de outras pessoas, porem a terra em si, não é uma coisa que eu ou você produzimos, isto é não é, feita em laboratório, o solo é parte do planeta seja com ou sem o ser humano, assim não se pode invadir o que não tem proprietário. No caso das terras rurais tem-se a consciência de que os grandes latifúndios muitas vezes foram constituídos de grilagens, formados por algum processo não legitimo, desta forma o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra realiza em sua expressão mais legitima e adequada, ocupações, que nada mais é que apropriar-se do que é público, neste caso o que deveria ser, a terra.

Buscando seus ideais, que em primeira instância é a redistribuição de terras e posteriormente uma educação de qualidade para jovens e adultos no campo, assim como conquistar opções de lazer na área rural. O (MST) se utiliza destas ideias como utopia do movimento, mesmo sabendo que estes ideais vão de encontro a lógica capitalista e assim aos grandes latifúndios de nosso país. No Brasil formou-se uma mídia altamente controlada pela elite, que de fato sai em defesa de seu capital, assim ao surgir líderes de movimentos sociais que buscam reverter essa característica tão cruel implantada e mantida pela elite, a mídia cria todo um cenário para colocar a massa populacional contra estes movimentos.

Quando olhamos para as nações europeias com toda sua hegemonia capitalista, vemos que ao se industrializarem, rapidamente aboliram o sistema de escravidão praticado até então, pois a classe burguesa entendeu que precisariam de mercado consumidor para sua produção, sobre pena de haver mais produtos para a venda do que consumidores para comprar, isto, mesmo que lentamente proporcionou que a classe proletária mantivesse um grau de crescimento razoável e tivesse condições de consumir os produtos industrializados. Porem no Brasil nunca ouve uma elite que se preocupasse com o todo, o que de certa forma retardou imensamente o desenvolvimento nacional, a burguesia brasileira se preocupou tanto no seu egocentrismo e enriquecer que de maneira alguma ela pode deixar que se formem mais burgueses no país, isso prejudicou muito o Brasil no cenário do desenvolvimento mundial, gerando as altas

concentrações de terras, de capital e como consequência o grande abismo que há entre uma classe e outra.

As versões dadas pela PM e pelo MST eram contraditórias, enquanto os Policiais alegavam que estavam deslocando-se para atender um ocorrido de incêndio quando foram bloqueados e atacados pelos Sem-terra, os integrantes do MST, argumentavam que foram atacados pelos policiais que estavam acompanhados por seguranças armados da Araupel (empresa proprietária das terras). E para investigar o ocorrido foi aberto o Inquérito Policial 0080/2016-DPF/CAC/PR.

Esse conflito entre o MST e a Araupel vem se estendendo por vários anos, começou em meados de 1996, quando o MST definiu como orientação e estratégia política que todas as terras griladas que estavam em posse da empresa seriam convertidas em espaços para assentamentos. Cerca de 50 mil hectares foram desapropriados, onde foram criados assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Mas uma área de aproximadamente 25 mil hectares, ainda está sendo disputada.

Após investigação realizada pelo polícia federal, onde foram entrevistadas 28 pessoas, foram realizados também os procedimento de exames periciais de veículos, necropsia e reprodução simulada dos fatos, e após concluiu-se que a ação policial foi em legítima defesa, e também nenhum integrante do MST foi indiciado.

### **A Araupel**

A Araupel é uma empresa de atuação global com atividades voltadas para os setores de reflorestamento e beneficiamento de produtos de alto valor em madeira e é reconhecida por seus critérios de qualidade, tem boa parte de sua produção voltada para a exportação. A empresa é formada por capital 100% brasileiro, destaca-se nas exportações de molduras, painéis, componentes de móveis, portas e escadas principalmente para o mercado europeu e norte-americano.

A Araupel dispõe da Certificação da Cadeia de Custódia, o que permite o uso do selo Forest Stewardship Council® – FSC® no produto acabado, indicando, aos compradores e

consumidores, a origem da madeira, uma vez que é exigido o rastreamento da matéria-prima florestal desde a colheita até a comercialização do produto (Araupel).

A empresa tem grande importância para a cidade, já que segundo o IBGE, ela contrata cerca de 8% da força economicamente ativa de Quedas do Iguaçu, já que é na cidade que residem 96% de seus aproximadamente mil colaboradores. Nas últimas quatro décadas, segundo o site da empresa, a Araupel foi responsável por uma série de medidas que favoreceram o crescimento e desenvolvimento da cidade, dentre elas: colaborou com a construção de mais de mil residências por meio de linhas de crédito, casas para serem disponibilizadas aos seus colaboradores na década de 70, esta medida deu origem aos bairros Lusitani, Formiga, Pindorama; doou o terreno e realizou a construção do prédio onde se localiza o 6º Batalhão da Polícia Militar em 1985; doou também o terreno para aterro sanitário, instalação de unidade de triagem e compostagem de resíduos sólidos e urbanos.

Sendo assim se faz necessário refletir, portanto, sobre a importância da empresa para o município de Quedas do Iguaçu, é uma das maiores empresas do município, sendo assim, uma das principais geradoras de emprego. Então notamos que a empresa traz muitos benefícios socioeconômicos para a cidade, movimenta a economia e trás desenvolvimento para a cidade.

A empresa é uma das patrocinadoras do time de futsal Araupel/Quedas, apoia entidades locais como a APAE, SESI, SENAI, escolas e igrejas (Araupel). Entretanto sabemos que várias destas ações de auxílio à sociedade civil e a instituições de ensino, são feitas não pela satisfação da empresa de estar ajudando a desenvolver a região como um todo, mais sim pelo grande abatimento de impostos que essa empresa ganha em troca, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Como, por exemplo, a lei de incentivos fiscais, LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 que

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil [...] Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em

planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm)).

## **A atuação do Estado**

Buscando a realização de uma reforma agrária justa, foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (ICRA). O trabalho do INCRA se desenvolve da seguinte forma:

O que o Incra busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no país é a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Para tanto, o Incra adota instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região e a está realizando uma adequação institucional e normativa para a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários. A reforma agrária implica também no forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras. Atendendo às diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária é parte de um projeto nacional de desenvolvimento, massivo e de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Em relação aos beneficiários, a atuação do Incra no campo é norteada pela promoção da igualdade de gênero, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. O trabalho do Incra contribui para dotar o Estado dos instrumentos necessários para gerir o território nacional (INCRA).

Sobre o ocorrido em Quedas do Iguaçu, buscou-se um acordo entre ambas as partes, No dia 03 de março de 2017, por meio de uma audiência pública para se por um fim no conflito entre o MST e a Araupel;

Onde os dois lados foram confrontados, Segundo o representante do MST no município, Laureci Leal: "O que temos hoje é um latifúndio de 80 mil hectares no meio de uma região pobre. Não se pode admitir que uma única família seja dona de toda essa terra" (Brasil de fato). Já a defesa da Araupel alega que a empresa teve suas propriedades invadidas pelos sem-terra. Entretanto, a empresa é acusada de explorar irregularmente parte de uma área considerada pública e os integrantes do MST alegam que essas terras são griladas.



Na ocasião, acompanharam a audiência, representantes do Ministério Público, membros da Defensoria Pública, integrantes do Governo do Estado do Paraná, representantes do INCRA, e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná integrantes do MST e representantes da Araupel, além da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

## **Considerações finais**

Diante dos acontecimentos relatados, algumas questões surgem como paradigma afim de nos instigar a refletir sobre a grande desigualdade que foi a distribuição de terras no Brasil, tomando como base a forma como foi a colonização desde a época das capitânicas hereditárias, e consequentemente com as sesmarias, percebemos que apenas algumas dezenas de famílias tiveram a oportunidade de se estabelecerem economicamente com apoio da coroa portuguesa.

O que certamente foi o início da formação dos grandes latifúndios que se mantem até a atualidade, como consequência desta alta concentração de terras nas mãos de poucos, temos hoje as famílias conhecidas como quatrocentonas, entre elas a Albuquerque, Sarney e algumas outras que se utilizando de sua grande influência territorial, social e econômica no lugar onde estão localizadas ascenderam seus integrantes para a política nacional, onde a maior parte forma atualmente a bancada ruralista no cenário nacional, que naturalmente defende seus ideais entre eles a manutenção do latifúndio através de leis e políticas públicas que os beneficiam.

Por isso percebemos a grande necessidade de uma reforma agrária nacional que realmente saia do papel, pois conflitos como o que foi relatado são consequências diretas da formação territorial brasileira desde seus primórdios, diferente do que muitos da sociedade leiga, influenciada pela mídia acredita ser, pois para eles a luta dos menos favorecidos, dos pobres que buscam ter apenas um pedaço de terra para poder plantar e sobreviver, através de movimentos organizados como o MST, são lutas de quem não quer trabalhar. Por isso para mudar a configuração territorial que está posta no Brasil hoje, deve-se primeiro mudar a ideologia da grande massa populacional brasileira que ainda acredita que o país se encontra nesta situação por erros de governantes de esquerda que estiveram à frente do país nos últimos

quinze anos, e não por que a uma tentativa de uma elite rancorosa que busca ter novamente o controle e monopolizar a economia brasileira.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. OSAL, outubro de 2008.

<http://esquerdaonline.com.br/2017/04/17/21-anos-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas/>  
<acesso em 22/08/2017>

<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/04/confronto-entre-mst-e-policia-deixa-mortos-e-feridos-no-sudoeste-do-pr.html> <acesso em 06/06/2017

<http://reforma-agraria-no-brasil.info/o-mst.html> <acesso em 07/06/2017

<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/bernardoengamesaredonda.pdf> <acesso em 23/08/2017>

<http://www.araupel.com.br/> <acesso em 06/06/2017>

<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/03/audiencia-propoe-fim-do-conflito-entre-mst-e-araupel-no-parana/> <acesso em 31/08/2017>

<http://www.incra.gov.br/> <acesso em 31/08/2017>

<http://www.mst.org.br/> <acesso 06/06/2017>

<http://paranaportal.uol.com.br/policial/pm-agiu-em-legitima-defesa-durante-confronto-com-mst-aponta-pf/> <acesso em 31/08/2017>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm) <acesso em 31/08/2017>

Oliveira, Ariovaldo Umbelino, A geografia das lutas no campo, 10 ed., São Paulo, Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Revista Estudos Avançados, nº 43. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.